Ã•gua, um bem pÃºblico ou uma mercadoria - 2?

04-Oct-2007

Em artigo com o mesmo tÃ-tulo, publicado hÃ¡ quinze dias neste jornal, | dizia eu que as cÃ¢maras do Alentejo tinham capitulado perante a polÃ-tica do Governo para a Ã¡gua ao avanÃ§arem para a constituiÃ§Ã£o de empresas intermunicipais onde 49% do capital seria dos privados, muito provavelmente um dos nove carteis transnacionais existentes nesta Ã¡rea. Como Ã© sabido esta soluÃ§Ã£o que transforma a Ã¡gua numa mercadoria foi chumbada por Bruxelas para alegria do Governo que assim viu abrir-se um futuro ainda mais promissor para o crescimento da empresa estatal â€œÃ•guas de Portugalâ€• cujo destino passa pela privatizaÃ§Ã£o em bolsa.

Perante esta realidade, as autarquias da CDU do distrito de Beja ameaÃ§am entrar num processo de divisÃ£o. Umas, casos de Serpa e Beja, continuam a insistir na soluÃ§Ã£o intermunicipal. Outras vacilam e aproximam-se das â€œÃ•guas de Portugalâ€•.

Na mesma altura em que no Alentejo sul a discussÃ£o sobre a gestÃ£o da Ã¡gua se circunscreve a estas duas opÃ§Ãµes que sÃ³ aparentemente sÃ£o diferentes, na medida em que, quer uma quer outra, configuram a privatizaÃ§Ã£o da Ã¡gua e a sua transformaÃ§Ã£o numa mercadoria, mais a norte, os municÃ-pios da regiÃ£o de SetÃºbal lanÃ§am um manifesto em defesa da Ã¡gua pÃºblica onde â€œExigem o reconhecimento da Ã•gua como um bem insubstituÃ-vel, um direito fundamental inalienÃ¡vel, intrÃ-nseco ao direito Ã vida (â€¦)â€• e â€œAfirmam que a gestÃ£o pÃºblica municipal da Ã•gua constitui o garante do carÃ¡cter pÃºblico da Ã¡gua (â€¦)â€• e, por isso, â€œexigem que a propriedade, a posse e a gestÃ£o de um recurso desta natureza seja pÃºblica (â€¦)â€•.

Como se constata, os defensores no distrito de Beja de empresas intermunicipais formadas exclusivamente por capitais das autarquias nÃ£o estÃ£o sozinhos no paÃ-s nem sÃ£o uma espÃ©cie de sonhadores a quem nÃ£o se pode dar muito crÃ©dito. De facto, se hÃ¡ aqui alguÃ©m que estÃ¡ fora do tempo e a agir de forma pouco responsÃ¡vel sÃ£o os autarcas da nossa regiÃ£o que em vez de defenderem o interesse pÃºblico, antes se tÃªm preocupado em trazer para a gestÃ£o da Ã¡gua o mundo dos negÃ³cios ao arrepio dos ventos da modernidade.

Quando no inÃ-cio deste sÃ©culo as associaÃ§Ãµes de municÃ-pios do Alentejo destinadas Ã gestÃ£o da Ã¡gua resolveram avanÃ§ar para a formaÃ§Ã£o de empresas intermunicipais de 49% de capital privado o que, na prÃ¡tica, significa a privatizaÃ§Ã£o deste bem pÃºblico, em Portugal a CÃ¢mara de Almada recusou-se a seguir por este caminho e no resto do mundo o movimento popular em defesa da Ã¡gua pÃºblica comeÃ§ou a somar vitÃ³rias sobre vitÃ³rias. De 1995 a 2003, por decisÃ£o municipal, cidades como Munique, Potsdam (Alemanha), Montreal (CanadÃ¡), Atlanta, Birmingham, Washington, DC (Estados Unidos da AmÃ©rica), Grenoble (FranÃ§a), Malmo (SuÃ©cia), etc. puseram fim Ã privatizaÃ§Ã£o da Ã¡gua ou rejeitaram fazÃª-lo e paÃ-ses como o Brasil, Irlanda, Paraguai, MaurÃ-cias, TailÃ¢ndia, Trinidade, Dinamarca, GrÃ©cia, Luxemburgo, Holanda, Ã•ustria etc. mantÃªm a Ã¡gua como um bem pÃºblico. No Uruguai 250.000 pessoas subscreveram uma petiÃ§Ã£o popular onde se pedia uma emenda constitucional destinada a pÃ´r fim Ã privatizaÃ§Ã£o da Ã¡gua, o que veio a acontecer depois da vitÃ³ria esmagadora do SIM Ã Ã¡gua pÃºblica em referendo realizado em Outubro de 2004.

Como se verifica, enquanto parte significativa do mundo se levanta em defesa da Ã¡gua pÃºblica, os municÃ-pios do Alentejo, numa unanimidade insÃ³lita de pontos de vista entre esquerda e direita, avanÃ§am decididamente pelo caminho da mercadorizaÃ§Ã£o deste bem vital Ã

vida. Uma inevitabilidade, dizem alguns. Nada de mais errado, a meu ver.

Que caminho entÃ£o seguir para que
a privatizaÃ§Ã£o da Ã¡gua no Alentejo, com este ou outro nome, nÃ£o seja uma
â€œinevitabilidadeâ€•? Em primeiro lugar Ã© necessÃ¡rio que os autarcas mais
esclarecidos sobre esta matÃ©ria, aqueles que assinam as petiÃ§Ãµes em defesa da Ã¡gua
pÃºblica, passem a pensar o Alentejo como regiÃ£o nos termos em que foi
apresentada no Ãºltimo referendo sobre a regionalizaÃ§Ã£o e tentem formar a esta
escala uma empresa intermunicipal para a gestÃ£o da Ã¡gua em alta onde 100% do
capital seja das autarquias. Em segundo lugar que enquanto desenvolvem este
processo recusem as duas opÃ§Ãµes jÃ¡ referidas e iniciem obras concelhias de
remodelaÃ§Ã£o das redes de transporte da Ã¡gua em baixa Ã semelhanÃ§a do que estÃ¡ a
fazer o municÃ-pio de Beja. Em terceiro lugar que, da mesma forma que o estÃ£o a
fazer os municÃ-pios da regiÃ£o de SetÃºbal, lancem uma grande campanha em defesa
da Ã¡gua pÃºblica em todo
Alentejo durante os anos de 2008 e 2009 com recurso a
petiÃ§Ãµes, abaixo assinados, debates, seminÃ¡rios, etc. Em quarto lugar que como
corolÃ¡rio de toda esta campanha seja promovido um referendo no Alentejo, nos
concelhos que a isso aderirem, com realizaÃ§Ã£o no dia das eleiÃ§Ãµes autÃ¡rquicas
de 2009, onde o povo seja chamado a decidir se quer a Ã¡gua como um bem pÃºblico
ou como uma mercadoria.

Se este for o caminho seguido nÃ£o tenho dÃºvidas de que a Ã¡gua no
Alentejo nÃ£o se transformarÃ¡ num negÃ³cio com o todo o prejuÃ-zo daÃ- decorrente
para a defesa da vida. A minha dÃºvida Ã© outra, a qual se traduz nesta singela
pergunta: serÃ¡ que a esquerda nas autarquias do Alentejo quer ser mesmo
esquerda?

Artigo publicado no DiÃ¡rio do Alentejo â€“ 05/10/2007

Â